



AÉCIO: oposição espera mediação do presidente da Câmara

Oposição quer negociar CPI

A oposição quer abrir negociação com o governo federal após protocolar o pedido de criação da CPI da Corrupção, o que é previsto para a próxima quarta-feira. O objetivo é delimitar a investigação a 3 ou 4 dos 19 itens previstos no requerimento e "passar à sociedade uma certa tranquilidade", segundo integrante da direção nacional do PT.

O PT teme ser acusado de exploração eleitoreira. "Não queremos que a sociedade pegue fogo na campanha presidencial, que vem na sequência", diz um congressista petista. Na avaliação da sigla, isso será inevitável se a CPI se debruçar sobre os 19 assuntos previstos no requerimento.

A conversa com o governo se dará por meio dos líderes no Congresso. A oposição conta com a mediação do presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG). Os itens preferidos da oposição são as privatizações, a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e o Proer (programa de ajuda aos bancos). Se o governo aceitar, a oposição deve deixar claro que sua intenção não é "desprivatizar".

O requerimento da oposição tem 184 assinaturas na Câmara e 27 no Senado. Só não

foi protocolado anteontem para não dar tempo para o governo tentar retirar as assinaturas, o que pode ocorrer entre o momento em que o requerimento é apresentado e a sua publicação.

O governo ainda avalia a possibilidade de recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para tentar barrar a CPI da corrupção, alegando que o requerimento para a sua instalação abriu um leque tão grande de irregularidades que violou uma exigência da Constituição: a indicação de um "fato determinado" para investigar.

Na semana passada, porém, o governo já sofreu uma derrota no Supremo. Por unanimidade, os 11 ministros do STF declararam o presidente Fernando Henrique Cardoso "omisso" quanto à obrigação de conceder anualmente o reajuste geral do salário do funcionalismo, congelado desde 95. O plenário decidiu com base na emenda da reforma administrativa, que previu expressamente "revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices". Desde que a emenda completou um ano, em junho de 1999, os servidores tentam, por meio de ações, o reconhecimento judicial do direito à reposição da inflação. (A.E.)